



Gabinete do Secretário de Estado dos
Assuntos Parlamentares
Entrada n.º 4733
Data: 03-08-2016

Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete do
Senhor Secretário de Estado dos
Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASSUNTO: Pergunta n.º 2668/XIII/1.ª, de 5 de julho de 2016
“Ausência de manutenção no espaço exterior do PIA”

Na sequência do ofício acima identificado, e em resposta à Pergunta Parlamentar n.º 2668/XIII/1.ª, de 5 de julho de 2016, formulada pelos Senhores Deputados Nuno Magalhães, Patrícia Fonseca e Álvaro Castelo Branco do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Ambiente de enviar a seguinte informação:

Como questão prévia importa referir que o território do PIA não constitui, ainda, uma área urbana consolidada e que uma parte significativa dos terrenos em questão não é propriedade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IHRU). Posto isto, verificámos existir, genericamente, uma melhoria do espaço público do Plano Integrado de Almada (PIA), embora persistam situações pontuais a necessitarem de intervenção.

As zonas de Reserva Ecológica Nacional (REN) estão, em grande parte, ocupadas por hortas e construções abarracadas de apoio às mesmas que deverão ser erradicadas.

Relativamente à aferição de responsabilidades importa ter presente os seguintes antecedentes:

- Nas áreas consolidadas do Plano Integrado de Almada, a conservação e manutenção do espaço público sempre foi uma preocupação do IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (posteriormente integrado no IHRU), enquanto promotor deste Plano. Aquando da transferência dessa responsabilidade para a Câmara Municipal de Almada (CMA), o IHRU garantiu que o Município as recebia em bom estado de conservação.

- Em 15 de março de 1996 foi celebrado um protocolo entre o IGAPHE e a CMA, no qual foram definidas as regras de execução dos espaços exteriores de diversas áreas no PIA. De acordo com o protocolo, o Município assumia, após as obras cujo custo o IGAPHE suportou inteiramente, a conservação e manutenção dos referidos espaços.



- O referido protocolo foi concretizado através da celebração de diversos acordos parcelares que corresponderam às diferentes empreitadas, tendo os respetivos projetos e concursos públicos (inteiramente suportados pelo IGAPHE) sido da responsabilidade da CMA. Nesses acordos, foi reafirmada a responsabilidade do Município na manutenção e conservação dos referidos espaços exteriores, após realizado o respetivo auto de vistoria.

- Mais recentemente, em 29 de abril de 2008, foi celebrado um novo protocolo entre o IHRU e a CMA em que as partes acordaram o desenvolvimento, em parceria técnica e financeira, de um Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado para a Zona do PIA. Através da utilização de fundos estruturais afetos a um eixo orientado para o desenvolvimento urbano (QREN-PRU), foi ampliada a oferta de equipamentos e qualificado o ambiente urbano numa vasta área deste território. Por força do estabelecido no protocolo, a CMA comprometeu-se a assegurar a sua gestão e manutenção imediatamente após a conclusão da intervenção a cargo do IHRU.

Atendendo ao exposto, pode concluir-se que as responsabilidades de manutenção e conservação do espaço público no PIA incumbem sobre a Câmara Municipal de Almada.

Acresce ao exposto que os Municípios dispõem, direta ou indiretamente, de meios necessários à conservação e manutenção do espaço público, bem como à deteção de situações suscetíveis de pôr em perigo terceiros.

No que se refere à tomada de medidas, importa salientar que o IHRU e a CMA têm vindo a encontrar soluções para as questões relacionadas com a gestão, manutenção e conservação do espaço público. As situações pontuais ainda existentes estão a ser equacionadas para que a sua resolução seja tão breve quanto possível.

Numa última nota, salientamos que, no âmbito do desenvolvimento do Plano de Urbanização de Almada Poente, o IHRU e a CMA estão a trabalhar no sentido de criar formas de ordenamento das zonas que se destinarão a hortas urbanas, bem como à gestão e manutenção das áreas afetas à REN e à consolidação dos terrenos expectantes.

Com os melhores cumprimentos,

pel' A Chefe do Gabinete

Juês Ferreira Alves

Ana Cisa